



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JANAÍNA ANDRADE DA SILVA

ABOLIÇÃO: LUTA PELA LIBERDADE

CAMPINA GRANDE – PB

2018

JANAÍNA ANDRADE DA SILVA

ABOLIÇÃO: LUTA PELA LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Margareth Maria de Melo.

CAMPINA GRANDE – PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Janaina Andrade da.
Abolição [manuscrito] : luta pela liberdade / Janaina Andrade da Silva. - 2018.
46 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Margareth Maria de Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Ensino de história e cultura afro-brasileira. 2. Resistência negra. 3. Movimento abolicionista. 4. Movimento negro. I. Título
21. ed. CDD 326.8

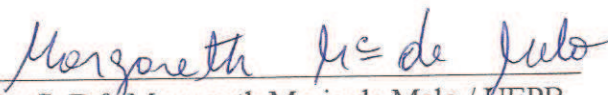
JANAINA ANDRADE DA SILVA


ABOLIÇÃO: LUTA PELA LIBERDADE

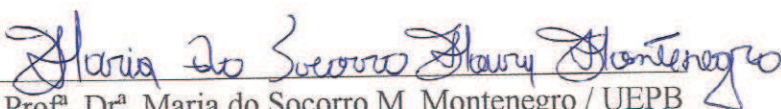
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento
à exigência para obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 10 / 12 / 18.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Margareth Maria de Melo / UEPB
Orientadora


Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão / UEPB
Examinadora


Prof.^a. Dr.^a. Maria do Socorro M. Montenegro / UEPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, O Qual, sem Ele jamais seria possível obter a iluminação necessária para o desenvolvimento deste projeto, a quem dedico parte primordial de minha gratidão.

Em sequência, agradeço ao meus pais, Joseilton e Vera Lúcia e aos meus irmãos, Rafael e Jaqueline, que em meio a tantas lutas e provações, sempre estiveram ali, apoiando-me nos momentos em que mais queria desistir.

Ao meu namorado, Pedro, que me dotou de ânimo e força de vontade, quando mais precisei, em momentos de dificuldades.

Não poderia esquecer também do grande apoio subsidiário do Grupo de Pesquisa “Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial”, que proveu material necessário para a obtenção de dados e progresso deste trabalho.

E, finalmente à minha respeitossíssima orientadora, Margareth Maria de Melo, que emprestou um pouco de seu tempo e competência, decisivos para o meu sucesso e conclusão de significativo projeto que me acompanhará durante toda a minha trajetória.

RESUMO

A Lei 10.639/2003, assinada em 09 de janeiro de 2003, determinou que passaria a ser obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas salas de aula por todo o território brasileiro, pois até então, era um tema não tão discutido como deveria. Passando as escolas e universidades, por um grande desafio de incluir essa temática nos seus currículos. Assim, a necessidade de formação continuada para os docentes em serviço era uma tarefa para as secretarias de educação e para a universidade que tanto poderia contribuir na formação continuada, como na formação inicial. Como exemplo desta formação, podemos citar o Grupo de Pesquisa “Dialogando com a Diversidade Étnico-racial”. O qual está inserido dentro da universidade fazendo uma formação junto às alunas do curso de Pedagogia (formação inicial) e através da pesquisa em escolas da Educação Básica promoveu formação continuada para professoras e oficinas para os alunos de 4º e 5º anos do Ensino fundamental. Neste trabalho será apresentada essa experiência que teve como objetivo compreender o processo de abolição e resistência negra no Brasil, a partir de uma pesquisa de intervenção em três escolas da rede municipal de Campina Grande-PB. Como objetivos específicos definimos: estudar sobre o processo de abolição e suas leis; identificar as várias formas de luta contra a escravização desenvolvida pela população negra; verificar se a temática da abolição e resistência negra é assimilada pelos alunos das escolas. A metodologia de pesquisa participante (BRANDÃO, 1990) permitiu a vivência de dois momentos: o primeiro de formação no grupo de pesquisa, estudo, debate, planejamento, para isso utilizamos diversos autores que dominam a temática para dar subsídio teórico ao segundo momento, sendo eles: Reis (1996), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Mattos (2009), Melo (2012), dentre outros. O segundo momento foi de intervenção junto as turmas que produziram material que serviu de suporte para nossa análise. Como resultado constatamos o quanto que a temática da resistência negra é desconhecida pelos alunos e no texto a seguir, desenvolvemos alguns tópicos referentes a resistência negra. Concluímos destacando a importância de estudar mais essa temática tanto na formação inicial como na formação continuada.

Palavras-chave: Resistência Negra. Movimento Abolicionista. Movimento Negro.

ABSTRACT

The Law 10.639/ 2003, signed on January 9, 2003, determined that the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in Classrooms would become compulsory throughout all the Brazilian territory, because until then, it was an issue not as discussed as it should be. Causing the schools and universities go through a great challenge of including this theme in their curricula. Thus, the need for continuing education for in-service teachers was a task for the secretaries of education and for the university which could contribute both to continuing education and to initial formation. As an example of this training, we can mention the Research Group “Dialoging with Ethnic-racial Diversity”. Which is inserted inside the university by performing a formation together with the students of the Pedagogy course (initial formation) that through the research in schools of Basic Education promoted continuing education for teachers, as well as workshops for students in grades 4 and 5 of Elementary School. In this paper, will be presented this experience that aimed to understand the process of abolition and black resistance in Brazil. As specific objectives we aim to: study the abolition process and its laws; identify the various forms of resistance against the enslavement, which was developed by the black population; verify whether the subject of black abolition and resistance is assimilated by the pupils of the schools. The participative research methodology (BRANDÃO, 1990) allowed the experience of two moments: the first moment, was of training in the group of research, study, debate and planning, for this, we used several authors that master the thematic to provide the theoretical allowance for the second moment, being them: Reis (1996), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Mattos (2009), Melo (2012), among others. The second moment was of intervention together with the groups that produced material that served as support for our analysis. As a result, we see how much the black resistance topic is unknown by the students and in the following text, we developed some topics regarding black resistance. We conclude by stressing the importance of studying this theme in both initial and continuing education.

Keywords: Black Resistance. Abolitionist Movement. Black Movement.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA	8
3. DA HISTÓRIA DAS LUTAS E DA RESISTÊNCIA NEGRA	10
3.1 Revoltas: lutas e conquistas	16
3.1.1 Revolta dos Malês	17
3.1.2 Líderes Negros Protagonistas da Revolta dos Malês	18
3.2 Outras Revoltas	20
3.3 Quilombos	22
4. MOVIMENTO ABOLICIONISTA	24
5. CAMINHOS PARA A LIBERDADE	26
6. LIBERTOS: E AGORA? – O PÓS-ABOLIÇÃO	30
6.1. Movimentos Pós - Abolição	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	45

1. INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/2003 determina a inserção do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas na educação básica. No entanto, com o passar dos anos, percebe-se que ainda existe uma deficiência acerca desse ensino, pois, muitos professores que graduaram-se há mais de dez anos, não tiveram o acesso a tal conteúdo em sua formação inicial, não adquirindo o domínio necessário sobre a temática. Por possuírem essa lacuna tanto em sua formação inicial, como em sua formação continuada, por isso esse trabalho se compromete a desenvolver um tipo de formação continuada, de modo que compreendemos que, em ambas sempre vai existir lacunas, se considerarmos que não se pode abranger todos os conhecimentos. Embora também reconheçamos que ainda existem alguns profissionais que procuram atualizar-se quanto a esses “diferentes” assuntos em formações continuadas, enquanto outros permanecem como estão, perpetuando, assim, este déficit educacional.

A partir da constatação desta problemática, nos surgiu o interesse de estudar acerca da questão da história e da cultura “Africana e Afro-Brasileira”. Em pesquisas anteriores¹ constataram-se lacunas apresentadas nos Livros Didáticos, no que diz respeito à temática “Africana e Afro-Brasileira”, posto que não é dada tanta visibilidade como se dão aos demais temas. Professores que não dominam o assunto, supostamente, não tiveram esse suporte teórico em sala de aula enquanto graduandos, então levam essa ausência para o espaço escolar.

É de grande relevância o estudo destas culturas, pois nelas, descobrimos as raízes da africanidade. Ao partir deste ideal, Chagas (2014) afirma que

Grupos de professores/as em diversas universidades passaram a criar grupos de pesquisas e estudos sobre as temáticas afro-brasileiras e a educação para as relações étnico-raciais. Como parte dessa realidade professores/as passaram a desenvolver projetos de pesquisa e extensão e a realizar eventos científicos com conteúdos relativos a tais temáticas (CHAGAS. 2014, p. 02).

Esses mesmos professores, junto com os alunos bolsistas e voluntários, vão em busca de respostas para diversas perguntas, dentre essas: como os professores têm trabalhado os conteúdos que a temática exige em sala de aula? As professoras identificam lacunas no Livro Didático? Como os alunos recebem essas informações?

Foram perguntas como essas que serviram de inspiração para o Grupo de Pesquisa “*Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial*”, orientado pela Professora Doutora

Margareth Maria de Melo, na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, que conta com a participação de alunos graduandos do Curso de Pedagogia.

O grupo de pesquisa oportunizou estudos de cunho teórico, bem como discussões sobre a temática em questão. Na sequência, foram definidas as escolas que serviriam como espaço de pesquisa e intervenção. Junto às docentes, foram apresentadas as dificuldades no trato com a temática¹ e foi planejada uma intervenção nas escolas, envolvendo as professoras e as turmas.

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de abolição e resistência negra no Brasil, a partir de uma pesquisa de intervenção em três escolas da rede municipal de Campina Grande-PB, e mais especificamente, estudar sobre o processo de abolição e suas leis; identificar as várias formas de luta contra a escravização² sofrida pela população negra; verificar se as temáticas da abolição e resistência negra são assimiladas pelos alunos.

No decorrer do presente estudo apresentaremos a metodologia utilizada, as discussões sobre a temática e as conclusões que esta atividade nos proporcionou.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada por nós foi descritiva e qualitativa, método que segundo Minayo (2010) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2010, p. 21). Nesse tipo de pesquisa, é possível observar uma preocupação com aspectos da realidade, compreendendo e explicando as relações existentes na sociedade.

Realizamos uma pesquisa participante, que se desenvolve por meio da interação existente entre pesquisadores e pesquisados. Brandão (1990), afirma que a pesquisa participante “é a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e de uma relativa independência do exterior” (BRANDÃO, 1990, p. 43).

¹ Cota do Pibic 2015-2016.

² Vamos entender esse processo como histórico e não natural. Sabemos que vários povos tiveram essa experiência, mas como alguns livros didáticos apresentam, parece que apenas o negro nasceu para ser escravo.

Como pesquisadoras, necessitávamos de uma inserção na realidade dos pesquisados/alunos, o que foi feito por nós. Fizemos, também, uma revisão bibliográfica, baseada em documentos oficiais e em autores que estudam a temática, tais como Reis (1986), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Mattos (2009), Melo (2012), dentre outros.

Primeiramente, conhecemos a instituição escolar e dias após, voltamos com o objetivo de fazer parte da realidade daqueles alunos e das professoras, inserindo-nos no cotidiano escolar e trabalhando o conhecimento acerca das temáticas que foram escolhidas no Grupo de Pesquisa.

Três escolas receberam a professora orientadora e as alunas graduandas. Enquanto a professora Margareth promovia a formação continuada das professoras do 4º e 5º ano da escola, nós ficávamos com as crianças em cada turma, trabalhando, em oficinas, com a temática africana e afro-brasileira.

No grupo de pesquisa foram decididas as temáticas que seriam trabalhadas com os alunos, sendo elas: “Diversidade, Discriminação, Preconceito e Racismo”; “África”; “O trabalho Escravo e a Resistência Negra”; e “Abolição e Pós-Abolição”, (plano em apêndice) as quais tinham por objetivo entender que o negro não se manteve passivo quanto a sua condição, que este lutou bravamente em busca da liberdade de seu povo, que até então era cativo. A última temática foi escolhida como o ponto de referência para a escrita deste estudo.

As oficinas foram realizadas nas escolas a partir de uma sondagem com os alunos, para levantamento dos conhecimentos prévios sobre os temas abordados. Depois de uma problematização, o assunto era exposto de forma dinâmica, através de cartazes, ou textos, ou cordel. Tecíamos reflexões, levantávamos perguntas, instigávamos os alunos para que pudessem compreender o quanto o povo negro foi guerreiro e lutou pela sua dignidade, condições de trabalho, liberdade e cidadania.

Na quarta oficina, mostramos que os africanos não vieram por livre e espontânea vontade até o Brasil, mas que os mesmos foram capturados e vendidos para compor a mão de obra escrava. No entanto, eles não se submeteram a tal exploração facilmente, lutaram e resistiram até o fim por sua liberdade. Mostramos que, mesmo havendo o planejamento de tantas revoltas, algumas falharam, bem como outras se concretizaram e continuaram em luta, pelo bem comum de todos. Fizemos, também, uma explanação sobre as leis que antecederam a Abolição. Tratamos, ainda, sobre a temática do pós-abolição que pouco é discutida nas salas de aula.

O público alvo foram alunos dos 4º e 5º anos de três escolas da rede pública municipal, localizadas na periferia da Cidade de Campina Grande, Paraíba. A intervenção se deu nos dias 21, 26 e 27 de setembro do ano de 2016. Foram oito turmas, sendo quatro do 4º ano e quatro do 5º.

Uma das escolas era maior e tinha duas turmas de cada ano, com uma média de 35 alunos cada. A escola era muito organizada e contava com professoras comprometidas e abertas para novos aprendizados. A outra escola era menor, com uma turma de cada ano, com uma média de 30 alunos cada. Também era muito organizada, com professoras disponíveis e envolvidas para com a formação continuada.

A terceira escola era muito pequena e possuía uma turma de cada ano, com cerca de 13 a 17 alunos por sala. No entanto, eram alunos de difícil contato, pois eram agitados, agressivos, reflexo da realidade do bairro que era considerado uma área de risco. A escola tinha uma diretora muito comprometida com seu cargo. Na equipe pedagógica, encontramos apoio para nosso trabalho e uma professora se envolveu em todos os encontros. No entanto, a professora do 4º ano mudava a cada vez que íamos à escola, o que foi muito preocupante, visto que não tivemos a continuidade do trabalho.

As atividades foram feitas conforme o plano, o que resultou em materiais produzidos pelos alunos, que foram analisados tomando por base a análise de conteúdos. Para Bardin *apud* Câmara (2013), análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011 *apud* CÂMARA, 2013, p. 182).

É nesse tipo de análise que o pesquisador tenta compreender tudo o que está expresso no material coletado. Nossa análise definiu como categoria a resistência negra antes e após a abolição, visto que pouco se trabalha e se conhece sobre essa questão. Segundo alguns depoimentos dos alunos, eles não sabiam da resistência negra, quase não se falava da luta do negro, como se o mesmo tivesse aceitado a condição de escravo, como se fosse natural o negro ser escravizado.

A seguir, adentraremos na história da resistência negra.

3. DA HISTÓRIA DAS LUTAS E DA RESISTÊNCIA NEGRA

Antes de chegarmos à resistência negra e, conseqüentemente, à abolição da escravatura, faz-se necessário que entendamos que o povo negro não veio parar no Brasil por acaso. Os portugueses tinham o objetivo de usar a força de trabalho, a mão de obra negra em favor de seus interesses.

É importante saber o significado do termo escravidão. Segundo Pinsky (2010), “a escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono do seu trabalho, pode ser obtido até pela força” (PINSKY, 2010, p.11). Nessa afirmativa de Pinsky (2010), é notório que quando um homem é escravizado, ele passa a viver para o seu senhor, mesmo que de forma involuntária.

É importante relatar que existiam dois tipos de escravização, sendo a doméstica praticada na própria África, e a que foi praticada pelos portugueses em terras brasileiras. Era comum que em confrontos entre grupos africanos, os vencedores capturassem os derrotados, tornando-os cativos, o que era visto como escravização doméstica.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a escravização doméstica “consistia em aprisionar alguém para utilizar a sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala, familiar” (ALBUQUERQUE: FRAGA FILHO, 2006, p. 14). Tal fato ocorria, pois não fazia sentido possuir terras, se não houvesse alguém para que nelas trabalhasse. Sendo assim, os escravos conquistados nesses confrontos iam, muitas vezes, trabalhar na roça.

Mas não era somente a guerra que fazia com que os negros fossem escravizados. Atos como assassinatos, roubo, adultério, além de outras práticas, os levavam ao cativeiro. Mesmo que a quantidade de escravos fosse pequena por cada família, só a posse dos mesmos já colocava a família em um nível elevado.

Vale ressaltar que, em muitos casos, a escravização era vista como um meio de sobrevivência para escapar da fome que assolava o local. Albuquerque e Fraga Filho (2006), nos dizem que “a venda ou a troca de um indivíduo da comunidade podia garantir a sobrevivência do grupo, inclusive de quem era escravizado. A troca de alguém por comida era uma forma de evitar a extinção do grupo” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 115). Em alguns períodos do ano, era difícil sobreviver com a escassez de alimentos e uma forma de conseguir viver por mais um tempo, era a escravização.

Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 15), ainda afirmam que

Ser escravo naquelas sociedades tão fortemente estruturadas por laços de parentesco significava ser exilado, torna-se um estrangeiro, muitas vezes tendo que professar outra fé, se comunicar em outro idioma, está alheio às suas tradições. Sentenciar alguém a escravidão era acima de tudo desenraizá-lo e desonrá-lo (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 15).

Ou seja, não era só escravizar determinada pessoa, mas tirá-la do seu meio e colocá-la em outro totalmente desconhecido, o que lhes causava abalos em todos os âmbitos, desde a parte física, com os trabalhos forçado e os castigos, até a parte espiritual, quando eram forçado a adorar e prestar culto a outros deuses.

Quando iniciou-se a escravização por parte dos portugueses, os africanos passaram a ser capturados pelos homens brancos, mas com o passar do tempo, os próprios africanos assumiram a função de captadores, uma vez que pessoas eram trocadas por panos, trigo, cavalos e até armas de fogo, como afirma Silva (2013).

Segundo Prandi (2000),

entre os anos de 1525 e 1851, mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravos, não estando incluídos neste número, que é uma aproximação, aqueles que morreram ainda em solo africano, vitimados pela violência da caça escravista, nem os que pereceram na travessia oceânica (PRANDI, 2000, p. 52).

Neste período, milhões de vidas foram mudadas drasticamente para satisfazer o desejo egoísta de dezenas de pessoas.

É importante destacar que, antes da escravização negra por parte de Portugal, a coroa tentou escravizar os indígenas. Em terras brasileiras, os primeiros escravizados foram os índios que ali viviam. Desde o primeiro século da chegada dos portugueses no Brasil, o trabalho indígena era utilizado. Mantinha-se, então, uma troca, e enquanto os portugueses trouxessem objetos para os índios, o acesso ao pau-brasil estava livre.

Era por meio desses objetos que os portugueses conseguiam a força de trabalho dos indígenas. Mas com o passar do tempo, os índios foram perdendo o interesse pelos objetos, até que os portugueses optaram por escravizá-los.

Pinsky (2010) afirma que “a se confiar nos números geralmente apresentados, cerca de trezentos mil indígenas foram aprisionados e escravizados, dos quais uma terça parte transportada para outras capitanias” (PINSKY, 2010, p. 18). Milhares de indígenas foram escravizados e se sua força estava sendo usada, qual seria a necessidade de trazerem os africanos para o Brasil?

Pinsky (2010) cita como fatores

a fraca densidade demográfica da população indígena no Brasil; o fato de as tribos ficarem cada vez mais arredias, a partir da percepção do interesse branco em escravizá-las; a dizimação dos indígenas por meio da super exploração de sua força de trabalho; a proteção jesuítica; etc” (PINSKY, 2010, p. 11).

Há ainda o fato de que os indígenas conheciam a mata, facilitando sua fuga. Quanto ao povo negro, paira a dúvida se ele veio ou foi trazido. A esse respeito, Pinsky (2010) pontua que

Ele foi trazido. Essa distinção não é acadêmica, mas dolorosamente real e só a partir dela é que se pode tentar estabelecer o caráter que o escravismo tomou aqui: vir pode ocorrer a partir de uma decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Ser trazido é algo passivo – como o próprio tempo do verbo – e implica fazer algo contra e a despeito de sua vontade (PINSKY, 2010, p. 23).

Portanto, é necessário desapegar-se da ideia de que o negro “veio” para o Brasil, quando na verdade, eles foram trazidos. Segundo Gorender *apud* Silva (2013),

Os africanos chegavam ao Brasil destribalizados, uma vez que pertenciam a diferentes etnias, que eram heterogêneas com relação à vida social, idiomas, tradições e costumes [...]. Eram, portanto, desumanizados, despersonalizados e transformados em “coisa” na sua precária condição de propriedade (GORENDER *apud* SILVA, 2013, p. 21).

Logo após chegarem ao país, nada mais eram que apenas mercadorias que logo seriam vendidas nos mercados. De acordo com Pereira (2013, p. 52),

No Brasil, o escravo recém-chegado era transportado para o mercado [...], antes de, finalmente, ser vendido ao comprador final por um preço médio que evoluiu de 20 mil réis no final do século XVI para 50 mil réis em 1650, 200 mil réis na primeira metade do século XVIII e 300 mil réis no início do século XIX (PEREIRA, 2013, p. 52).

Nessa afirmativa, Pereira (2013) nos mostra a evolução do preço que os senhores pagavam para ter um escravo sob o seu poder, e como, com o passar dos séculos, o preço aumentou. Em alguns períodos como a assinatura de leis, como a Lei Feijó-Barbacena, da qual falaremos adiante, o escravo passava a ser artigo de luxo, já que haveria uma certa repressão contra o fim da escravização.

Em todo o processo de venda e compra do negro, havia a luta, a resistência. O povo negro nunca deixava de lutar para ter sua liberdade de volta. Por mais que os

tentassem calar, eles gritavam, mesmo que em algumas vezes não fosse verbalmente, mas gritavam com os seus corpos, com suas ações, com as fugas e revoltas.

Menezes (2009) afirma que

A luta dos escravos pela reconquista da liberdade tem início desde os primórdios do cativeiro. Não resistisse cada escravo, individualmente, a sua captura, e não seria necessário pô-lo a ferros, separar os elementos de cada tribo ou etnia de modo a evitar a resistência conjunta através da redução ao estado de incomunicabilidade (dado que falavam diferentes línguas) (MENEZES, 2009, p. 84).

Pode-se notar na fala de Menezes (2009) que se o negro tivesse sido passivo em sua captura, ele não teria passado por tantas torturas, por tantas formas de castigo. Foi através dessa impassividade que o negro, mesmo em face de uma escravização que perdurou por tanto tempo, escreveu a sua própria história.

Ao trabalhar com as crianças a questão dos castigos sofridos pelos negros, é importante observar o que a criança compreende por castigo, uma vez que quando a criança é castigada, supõe-se que algo ela fez, que o castigo não vem apenas por vir, que ele não é resultado do acaso, mas que algo foi feito para que aquele castigo fosse realizado.

Pode ser que esta seja a visão que a criança venha a ter quando o professor mencionar tal tema em sala, o que suscitará indagações. Discussões como essas devem ser instigadas na sala de aula, fazendo com que o aluno possa refletir acerca de que os negros, então, escravizados, não eram tratados como seres humanos, mas sim, como peças, mercadorias que trariam lucro para o seu senhor.

É também importante, mostrar que o que o negro lutou bravamente por sua liberdade e, para conseguir tal feito, o mesmo desobedecia aos seus senhores; lutando por direitos, pela cidadania e dignidade, que desde o início lhes foram negados perante a sociedade branca. Ainda nesta área, vale mencionar algo sobre os instrumentos de tortura que eram utilizados contra os escravos.

Pinsky (2010) afirma

Que para o proprietário, os escravos eram vistos antes como propriedade do que como seres humanos. Dessa forma, achavam-se no direito de descumprir leis que considerassem atentatórias à sua condição de donos; não reconheciam na Coroa portuguesa autoridade para limitar aquilo que consideravam seus direitos: propriedade absoluta sobre o escravo, condições de vendê-lo, trocá-lo ou até libertá-lo e, principalmente, de puni-lo até a morte, se não estivesse rendendo tudo aquilo que dele era esperado (PINSKY, 2010, p. 68).

Por meio desta afirmativa, é possível perceber uma grande diferença de ideias. De um lado temos um sistema que esperava compreensão por parte do dono do escravo e de outro, o senhor que não aceita que existam limitações quanto a exercer o seu poder sobre o escravo, pois o via como objeto, propriedade.

A partir de tal pensamento, diversos meios de castigos eram utilizados para conter os negros, entre eles a máscara folha de flandres, os chicotes, os pelourinhos, entre outros. A máscara folha de flandres era um tipo de máscara que cobria todo o rosto do escravo e era presa na parte de trás da cabeça. Segundo Lara (1988), “a máscara folha de flandres era usada para impedir o escravo de comer cana, rapadura, terra ou mesmo engolir pepitas e pedras” (LARA, 1988, p. 73). Alguns escravos chegavam a passar dias com esta máscara como forma de punição.

Quanto aos chicotes, a autora afirma que eram confeccionados de diversas formas, sendo alguns deles de cabo curto, de couro ou ainda de madeira. O chicote continha cinco pontas de couro que eram retorcidas, com o objetivo de causar mais dor. Os escravos eram chicoteados nas nádegas, nas costas e também nas pernas, por motivos diversos, entre eles, fugas e trabalho mal feito.

Os pelourinhos eram colunas de pedra ou de madeira, que muitas vezes eram expostas em praça pública. Os escravos eram amarrados a essas colunas e sofriam diversos açoites com chicotes de couro, chegando a ter partes do corpo dilaceradas por causa de chicotadas violentas. Segundo Silva Filho (2008),

Difícilmente um escravo não morreria em consequência desse número excessivo de golpes desferidos. Se não morresse pela hemorragia provocada ou pela intensidade da dor sentida, morreria em decorrência de prováveis infecções surgidas nas chagas abertas, já que as condições higiênicas da época, mais precisamente das senzalas urbanas e cadeias públicas, eram muito precárias (SILVA FILHO, 2008, p. 118-119 *apud* SANTOS, 2013, p. 2395).

Mesmo que o escravo não morresse, ele teria marcas que durariam por toda uma vida, pois mesmo acometidos por feridas, esses não tinham acesso a meios de cura e se tivessem, seria um meio bem simples, fazendo com que as feridas demorassem a cicatrizar.

Outro método utilizado era o calabouço, uma espécie de instituição para a qual o escravo era mandado caso cometesse alguma infração. O senhor o deixava nesse lugar com o objetivo de que o escravo recebesse castigos. O algoz, encarregado de executar o

trabalho, costumava aplicar, em média, cem açoites, o eu lhe valeria o “direito de pataca”, moeda que lhe era dada pelo senhor do escravo castigado.

Conforme afirma Pinsky (2010), “simples desobediências, atitudes consideradas afrontosas ou mesmo ataque de ciúmes de sinhás mal-amadas, podiam também levar escravos e escravas para uma permanência nesses calabouços” (PINSKY, 2010, p. 78).

O castigo mais terrível era a pena de morte. Algumas atitudes levavam o negro à pena de morte, entre elas, o assassinato de seus senhores, feitores ou familiares ou até mesmo por feri-los. Segundo Pinsky (2010), “a situação do negro era todo diversa. Sua sentença era executada sem direito de recurso ao imperador que, como poder moderador, tinha o direito de perdoar ou moderar as sentenças. No caso dos escravos [...] eram sumariamente executados” (PINSKY, 2010, p. 80). Observamos, a partir da afirmação do autor, que os negros nem mesmo tinham o direito de poder recorrer a uma autoridade maior.

No que dizia respeito ao processo de escravização, ao analisarmos os materiais, frutos das oficinas realizadas nas escolas e produzidos pelos alunos, notamos que muitos deles afirmavam não imaginar que na própria África havia escravidão. Muitos ainda associavam o negro ao escravo, pois pensavam que só por ser negros, havia a obrigação de que fossem escravos.

Pudemos notar este equívoco quando observamos a resposta de um aluno que dizia que os negros tinham nascido escravos, e foi isso que fez com que eles viessem para o Brasil. Cavalcante (2016), diz que “os negros não nasceram escravos, mas se tornaram escravos por um povo que sentia-se superior” (CAVALCANTE, 2016, p. 12).

Como educadoras, vimos a necessidade de mostrar aos alunos, a história sobre a escravização negra, mostrar-lhes que os africanos não nasceram escravos, como muitos pensavam, mas que foram escravizados em um ato de covardia, por parte dos portugueses e também de alguns negros, para compor a mão de obra que iria trabalhar na América. Foi necessário que deixássemos claro que o negro foi traficada, que não escolheu vir trabalhar no Brasil, que foi arrancado de sua terra e forçado a embarcar como mercadoria para ser vendido e trabalhar em condições subalternas.

3.1 Revoltas: lutas e conquistas

As revoltas do povo negro no período escravocrata eram constantes, desde revoltas individuais até as revoltas coletivas, que tomavam grandes proporções, pois

envolviam diversas categorias da sociedade, não apenas os escravos e seus senhores. Revoltas que giravam em torno de diversos objetivos, mas um destacava-se entre os demais: a busca pela liberdade. Revoltas que eram planejadas por dias, até meses antes. Mattos (2009) afirma que

A maior parte das revoltas era planejada com antecedência e organizada por líderes respeitados no interior do grupo de escravos. E mesmo que fossem reprimidos e não alcançassem o objetivo principal, de certa forma, cumpriam um outro papel, o de promover um clima de tensão que ajudaria nas negociações cotidianas entre senhores e escravos (MATTOS, 2009, p. 131).

Mesmo que essas revoltas não alcançassem o efeito desejado, o povo escravo as viam como uma forma de negociar meios para melhorar sua vida cotidiana. Todavia, algumas dessas negociações eram em vão, pois as promessas não eram cumpridas e a palavra dada não surtia efeito, gerando, assim, um descontentamento por parte dos negros, o que fazia com que planejassem novas revoltas e/ou fugas e, as vezes, até assassinatos de senhores.

Diversas revoltas ocorriam nas décadas que antecederam a abolição da escravidão, e algumas outras aconteceram mesmo após a assinatura da Lei Áurea. A Bahia foi palco de diversas revoltas, algumas concretizadas, outras apenas desejos irrealizados.

3.1.1 Revolta dos Malês

Uma revolta que se destacou entre as demais foi a Revolta dos Malês, nomenclatura usada para denominar os nagôs muçulmanos. Esta revolta deu-se no dia 25 de Janeiro de 1835, um domingo, dia de feriado, quando a população inteira parava seus afazeres cotidianos para dedicarem-se às comemorações de Nossa Senhora da Guia. Nesse dia, a cidade ficava em pleno movimento, facilitando, assim, a circulação dos escravos, que apresentavam aos seus senhores a justificativa de ir prestigiar a festa (REIS, 1986).

No sábado, dia anterior, já ouviam-se rumores de que no dia seguinte haveria uma revolta por parte dos escravos. Três pessoas acabaram denunciando os preparativos dessa revolta às autoridades da cidade, sendo elas: Domingos Fortunato, Guilhermina Rosa de Souza e Sabina da Cruz (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Cientes de que realmente poderia acontecer uma revolta em plena comemoração festiva, os policiais prepararam-se, então, para procurar os revoltosos. Buscas foram realizadas por diversos locais, até encontrarem um pequeno grupo de aproximadamente sessenta malês, que estavam reunidos em uma porção de uma casa. Eles estavam armados e preparavam os últimos detalhes da revolta que aconteceria horas depois (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), “aos gritos, eles acordaram outros africanos, atacaram a cadeia pública onde estava preso um mestre muçulmano, Pacífico Licutan. Ali encontraram também soldados preparados para o confronto” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 137). Porém, por mais preparados que os malês estivessem, não poderiam resistir às forças policiais, sendo então derrotados. Na manhã seguinte, foi possível contar os malês que foram mortos, somando mais de sessenta. Segundo Reis (1986, p. 110), “no corpo dos que morreram, a polícia encontrou amuletos muçulmanos e papéis de rezas e passagens do Alcorão” (REIS, 1986, p. 110). É possível perceber que, de certa forma, a religião estava presente desde o início da rebelião.

No ano de 1835, a polícia baiana demonstrou a força que tinha, fazendo buscas, investigando. Em uma de suas investigações, encontraram uma rede que era organizada por malês, chegando a aproximadamente quinhentas pessoas, as quais foram indiciadas e punidas com diversos tipos de castigos, e alguns foram condenados à morte. A revolta realizada pelos escravos malês trouxe apreensão para toda a população branca no Brasil, mostrando que a “paz” branca estava ameaçada (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

3.1.2 Líderes Negros Protagonistas da Revolta dos Malês

Como podemos notar, tal revolta não se deu sem planejamento. Por trás desta rebelião existiam pessoas que planejaram/arquitetaram como tudo se daria. Dentre eles, citemos os principais.

Ahuna

Ahuna era conhecido como o “maioral” entre os seus, sendo um dos mais procurados pela polícia (REIS, 1986). Ahuna era de origem nagô, e era escravo de um

senhor que morava próximo ao Pelourinho. Segundo Reis (1986), “ele representava um elo importante da trama conspirativa, um elemento muito importante mesmo” (REIS, 1986, p.110). Podemos concluir, então, que Ahuna não era um homem qualquer, pois era visto como um ponto chave da revolta que aconteceria no dia 25 de Janeiro daquele ano.

Pacífico Licutan

Outro que deve ser lembrado neste momento é Pacífico Licutan. Licutan era um homem já de certa idade, de estatura baixa, com a barba rala, tendo a cabeça e as orelhas pequenas e sendo de origem iorubá (REIS, 1986).

Licutan tinha por dono o médico Antônio Pinto de Mesquita Varella. Por duas vezes, os malês tentaram comprar a liberdade de Licutan, mas foram tentativas em vão, pois apesar de Varella necessitar de dinheiro, ainda negava a venda do malê (REIS, 1986).

Sobre Licutan, Reis (1986) afirma que “era um alufá estimadíssimo, um homem de grande influência e poder na comunidade africana da Bahia” (REIS, 1986, p. 159). Da mesma forma que Ahuna era essencial para a revolta, Licutan também o era.

Luís Sanim

Em 1835, Sanim já era considerado idoso e trabalhava enrolando fumo pelas ruas da cidade. Sendo amigo de Licutam, ele levava alimento para o amigo que havia sido preso. Segundo Reis (1986),

Apesar de seu longo cativeiro na Bahia (...) ele mal podia falar português. No entanto, segundo diversas testemunhas, falava fluentemente tanto o haussá como o iorubá, apesar de ser de origem nupe ('tapa', na Bahia). Era um homem versátil, com trânsito em várias culturas, um homem culto (REIS 1986, p. 161).

Nota-se na fala de Reis (1986) que, mesmo Sanim sendo mais um escravo no meio de tantos outros, ele tinha uma participação importante na revolta. É possível afirmar que Sanim era um homem prático, que organizou uma espécie de poupança, tendo por objetivo juntar a moeda local, na qual cada envolvido doava 320 réis, para que o dinheiro fosse utilizado em momentos diferentes, tais como comprar tecido para que fossem feitas roupas muçulmanas, pagar diárias aos senhores dos escravos, pela sexta feira não trabalhada, já que utilizavam a sexta para rezar e não trabalhar, e também, para comprar alforrias dos negros escravos (REIS, 1986).

Luisa Mahin

Uma mulher merece destaque: Luisa Mahin. Ao certo, não sabe-se de seu nascimento, nem de como deu-se a sua morte; mas isso não impede de buscar informações acerca de sua trajetória de vida. Luisa Mahin é a mãe de Luiz Gama, poeta, advogado e abolicionista. Luisa trabalhava como quituteira pelas ruas de Salvador, o que lhe permitia ter acesso às mais variadas informações acerca de manifestações/revoltas, fazendo com que a mesma, segundo Uehara (2008), participasse de “quase todas as rebeliões escravas que ocorreram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX” (UEHARA, 2008, p. 56).

Mahin é tida como uma das líderes da Revolta dos Malês, que ocorreu em 1835, em Salvador. De acordo com Uehara (2008), “Luisa Mahin fugiu para o Rio de Janeiro, em 1837. No ano seguinte, foi presa e desapareceu. Não se sabe se foi deportada para África ou não” (UEHARA, 2008, p. 56). Não sabemos o fim que Luisa tomou em sua vida, mas temos a certeza de que a mesma foi uma grande líder, lutando pela liberdade de seu povo.

Manoel Calafate

Pouco se sabe sobre a vida de Manoel Calafate, e o que sabe-se, é que era conhecido como “pai Manoel”, indicando que deveria já ser idoso no período em que se deu a revolta. A sua casa era ponto de encontro das reuniões muçulmanas. Há hipóteses de que Manoel foi o único alufá que participou efetivamente na rebelião. Historiadores supõem que ele morreu depois de ser ferido, logo no início do confronto, caindo próximo a Praça do Palácio (REIS, 1986).

Reis (1986), afirma que

A rebelião contou com uma hierarquia de líderes, mas essa hierarquia já existia, em suas linhas gerais, na comunidade muçulmana. Não específica do levante. Os estudantes mais avançados, os malês mais comprometidos, naturalmente, tinham acesso maior aos mestres e, portanto, mais informações sobre a rebelião propriamente dita (REIS, 1986, p. 166).

Com certeza, quanto mais conhecimento, mais responsabilidade. Algumas pessoas eram importantes para que o levante desse certo, e os mestres tinham essas pessoas ao seu lado.

3.2 Outras Revoltas

Neste espaço, destacaremos algumas revoltas que aconteceram e outras que apenas ficaram “no planejamento”. Alguns levantes não conseguiram passar da fase da conspiração e, um exemplo é um que estava para acontecer no dia 28 de maio de 1807, também no Estado da Bahia, precisamente em Salvador. Os escravos pretendiam incendiar uma igreja e uma casa de alfândega e, conforme o planejado, como afirmam Albuquerque e Fraga Filho (2006),

Escravos empossariam seu próprio governador, convocariam outros negros, eliminariam os brancos por envenenamento e queimariam as imagens católicas numa grande fogueira no meio da praça. Em seguida, uma força rumaria para Pernambuco, onde também havia uma numerosa população escrava, e lá se juntaria a outros escravos para formar um reino independente no interior (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 135).

Tal levante não foi além do planejado, já que um escravo muito fiel ao seu senhor, contou-lhe sobre o plano cinco dias antes, fazendo com que a polícia conseguisse acabar com o objetivo dos escravos. Alguns dos envolvidos sofreram açoites em praça pública, outros foram levados para Angola e, como punição para o povo negro em geral, foi decidido que ficavam proibidas as festas africanas, sendo restringida a circulação de libertos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Uma revolta que merece destaque é a Revolta da Chibata. Na madrugada do dia 23 de novembro de 1910, diversos navios de guerra foram avistados em posição de ofensiva na baía de Guanabara. Todos os navios traziam uma bandeira em comum, com um desenho triangular vermelho. O sinal representado pela mesma trazia a mensagem de que a tripulação era de marinheiros rebeldes e que exigiam o fim de castigos físicos, bem como o afastamento de oficiais que puniam os marinheiros de forma injusta.

O líder era o negro João Cândido Felisbeto e com sua ordem, a capital federal acordou com o barulho de tiros de canhões. Ao meio dia era o prazo final para que as reivindicações fossem atendidas, caso contrário, o local seria bombardeado (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que,

Com a proibição dos castigos corporais aos escravos, em 1886, e o fim da escravidão, aos olhos dos marinheiros a punição corporal parecia ainda mais condenável. Como os próprios marinheiros declaram num ultimato enviado ao então presidente da República, Hermes da Fonseca, eles eram cidadãos brasileiros e republicanos que não podiam mais “suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria [lhes] dava (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 219).

Mesmo após o fim da escravidão, os negros libertos e afrodescendentes não se viam livres das punições, nem mesmo em um espaço no qual deveriam ser condenadas esse tipo de atitudes. No período em que a República foi proclamada, as punições e os castigos foram proibidos, mas através do decreto de nº 328 de abril de 1890, retomou-se a opção de castigar, não com chibatas, mas prendendo, humilhando e rebaixando o salário do marinheiro.

A Revolta da Chibata foi o ponto de maior insatisfação quanto às penas aplicadas, exigindo que as leis fossem mudadas. Depois de negociações, o Congresso votou pela anistia dos marinheiros, mas no momento em que se entregaram, foram presos e quase todos sofreram agressões ou foram mortos, fato que mostrou que a República Brasileira estava muito longe de viver o que pregava sobre a igualdade e a liberdade (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Ao longo do século XX, não há registros de como o povo negro sobreviveu e resistiu até os dias atuais. Não é um conteúdo abordado nos livros didáticos, nem nas propostas curriculares para a educação básica ou nos cursos de formação docente.

3.3 Quilombos

Quando as revoltas negras não saíam como o planejado, havia apenas duas opções para o negro: ficar e lutar bravamente, mesmo que tivesse como consequência o castigo físico ou a morte, ou fugir para outros locais, o mais distante possível. Para Albuquerque e Fraga Filho (2006), “ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.118).

Era uma necessidade estar livre de qualquer forma de escravização, e extremamente relevante era lutar pela liberdade, então, os que conseguiam fugir, refugiavam-se em lugares conhecidos como quilombos. Diversos nomes são dados aos grupos organizados pelos que conseguiam fugir, entre eles, palenques, maroons, ou ainda, mocambos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Vale ressaltar que, ao longo dos anos, tem-se uma compreensão limitada quanto aos quilombos, já que é comum associa-los à pequenas casas de palha e madeira, escondidas no meio da floresta, o mais longe possível do contato externo. Porém, essa não era a realidade, já que os quilombos podiam estar aos arredores dos engenhos, vilas

e até de lugares em que a polícia e os senhores de escravos tinham conhecimento (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Um quilombo que fez história foi o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006),

Palmares foi o mais duradouro e o maior quilombo da história do Brasil. Não sem razão, esse quilombo localizado na capitania de Pernambuco, em território que hoje pertence ao estado de Alagoas, é o mais famoso e tem servido como uma espécie de modelo para se pensar todas as outras comunidades quilombolas (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 120).

Palmares surgiu no século XVII e ocupava a Serra da Barriga, território que se estendia desde o rio São Francisco, no Estado de Alagoas, até próximo ao cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, sendo um local de difícil acesso, já que encontrava-se em um terreno acidentado e com o acesso dificultado, além da vegetação que dificultava o deslocamento dos caçadores de escravos, mas a abundância de árvores frutíferas, facilitavam a sobrevivência dos quilombolas (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Segundo Reis (1995/1996), “para ali também convergiram soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu” (REIS, 1995/1996, p.16), pois o quilombo não era composto somente por negros fugitivos, mas sim, por diversos outros grupos.

Diversas investidas foram feitas para se conseguir adentrar no território quilombola e milhares de homens foram mortos enquanto defendiam suas terras, além de prezar por sua liberdade. O líder quilombola Ganga Zumba, contabilizou as perdas que foram sofridas ao longo das expedições e tentou um acordo com os seus adversários.

Ele enviou uma embaixada até Recife, no dia 18 de junho de 1678, que com a chegada dos quilombolas, causou um grande tumulto, pois os que foram enviados estavam ali para uma audiência com o governador do Estado de Pernambuco (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

O governador propôs conceder uma área para que os quilombos pudessem viver, plantar e também negociar com o povo branco, porém deveriam livrar-se de suas armas, parar com as armadilhas e não mais aceitar escravos fugitivos. Zumbi não viu esse acordo com bons olhos, preferiu ignorar e continuar recebendo escravos que estavam fugindo. Mas o governo não iria aceitar, então enviou mais uma expedição, dessa vez, com o objetivo de acabar com o quilombo.

Ganga Zumba foi morto por envenenamento, e Zumbi assumiu a liderança. Diversos bandeirantes iam até o quilombo para tentar derrotá-lo, mas era em vão, até que Domingos Jorge Velho foi contratado para destruir os quilombolas. Ajuda foi enviada para que Jorge Velho pudesse aniquilar o grupo. Na noite do dia 5 de fevereiro de 1694, Zumbi e outros quilombolas tentaram escapar da fortaleza do Macaco, onde estavam escondidos, porém foram descobertos próximo a um penhasco, e mais de quatrocentas pessoas foram mortas ou aprisionadas, e os que permaneceram no mocambo foram assassinadas, mas Zumbi não foi encontrado entre eles.

Zumbi estava escondido na mata, mas foi no dia 20 de novembro de 1695 que o mesmo foi capturado com outros vinte homens, sendo eles mortos e Zumbi decapitado, além de ter sua cabeça exposta em praça pública na cidade do Recife, como aviso para outros negros rebeldes (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Em nossas conversas com os alunos das diversas turmas, nos ficou claro o desconhecimento sobre as revoltas organizadas pelo povo negro, o que ocasiona o equívoco de que o negro aceitou passivamente a condição de escravo. Algumas questões nos surgiram após essa constatação: Por que essa história de luta do povo negro não aparece nos livros didáticos? Que interesse existe para que o povo permaneça invisível na história de construção do país? Qual o motivo dessa ausência sobre a luta do negro ser tão grande? Como educadoras, enfatizamos a importância de refletir sobre essas perguntas.

Em relação ao Quilombo dos Palmares, os alunos das escolas tinham referências sobre o tema, já que este é o mais conhecido e destacado nos livros didáticos, sabiam que o seu líder era Zumbi e que o mesmo foi morto por defender o seu povo, mas não sabiam que o dia 20 de novembro foi considerado um marco por causa da sua morte.

4. MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Enquanto ocorriam revoltas por todo o país, alguns movimentos surgiam. Falaremos aqui sobre dois deles: o movimento emancipacionista e o abolicionista.

O movimento emancipacionista surgiu entre 1860 e 1870 e tinha por objetivo o estabelecimento de um prazo para que a escravidão tivesse um fim. Como afirma Montenegro (1988), “o debate em torno do fim do trabalho escravo, realizado pela classe dominante durante quase toda a década de 1870, sempre esteve centrado na questão de se

estabelecer ou não um prazo para que a escravidão fosse encerrada” (MONTENEGRO, 1988, p. 42).

Nesses debates, ainda não era discutido um fim rápido para a escravidão negra. Mas, com o desenrolar do ano de 1870, o movimento começa a ter um caráter abolicionista, o qual não somente pedia a liberdade escrava imediata, como exigia que houvesse um aparato para os libertos.

Como Montenegro (1988) afirma, o movimento exigia “o fim imediato do regime de trabalho escravo, acompanhado da organização de um aparato educacional que formasse o ex-escravo nos novos valores e comportamentos correspondentes ao modo de produção capitalista que lentamente se instituía” (MONTENEGRO, 1988, p. 43).

Era necessário que o ex-escravo passasse por um processo de formação, de educação que o instruisse a como se comportar em determinados ambientes. A sociedade deveria estar preparada para receber essa nova classe que estava surgindo, pois não as lutas não eram apenas pela liberdade, mas também pela necessidade de que a sociedade auxiliasse o ex-escravo em todas as áreas, para que o mesmo se desenvolvesse socialmente e ascendesse culturalmente (MONTENEGRO, 1988).

Pessoas de diversas camadas sociais começaram a rejeitar a escravização publicamente, pedindo que a mesma fosse abolida o mais rápido possível. A partir de 1860, estudantes de faculdades de medicina e de direito, posicionaram-se diante desta questão. Juntaram-se a eles professores, advogados, jornalistas e outras áreas afins, todos com o objetivo de mostrar que já era hora desta assombrosa escravização acabar. Vale ressaltar que nem todos os abolicionistas eram da elite branca, haviam negros em seu meio, sobre os quais falaremos em seguida.

José do Patrocínio, nasceu em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, era filho de um padre fazendeiro e de uma mulher negra que vendia frutas, com o nome de Justina Maria do Espírito Santo. Com 28 anos de idade, ele já era reconhecido no meio carioca com os seus discursos exaltados e emotivos e ao lado do abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco, criou a Sociedade Brasileira contra a Escravização (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

André Rebouças, um abolicionista pardo, nasceu na Bahia, sendo filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, mudou-se para a corte ainda quando criança. Era formado em Engenharia e pode ensinar Botânica, Cálculo, além da Geometria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, mesmo André Rebouças não tendo a mesma desenvoltura quanto a oratória que José do Patrocínio e Luiz Gama possuíam, ele

sabia que questões cruciais permeavam o futuro do povo negro no Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Haviam divergências entre as opiniões dos abolicionistas. Para alguns, a abolição deveria ser realizada pelo parlamento, pois não necessitaria mobilizar nenhuma camada da população, muito menos os escravos. Já para outros, o processo deveria envolver a todos, principalmente eles, já que eram os mais interessados. Muitos viam que o progresso do Brasil somente viria caso o povo negro fosse substituído por imigrantes brancos.

Com isso, é possível notar que muitos apenas queriam que a abolição da escravização se desse para satisfazer uma vontade egoísta de branquear a sociedade brasileira, sem levar em conta todo o sofrimento passado pelo povo negro, sem indenização e garantia de direitos para sobrevivência dos negros (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

5. CAMINHOS PARA A LIBERDADE

É no dia 23 de novembro do ano de 1826 que é assinado o Tratado ou Convenção entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos, documento que significava o ápice entre a política inglesa e a brasileira (CARVALHO, 2012). De acordo com Basile *apud* Carvalho (2012), o Tratado “declarava que o comércio interatlântico de escravos se tornaria ilegal três anos após a ratificação do acordo, o que ocorreu em 13 de março de 1827” (BASILE *apud* CARVALHO, 2012, p. 102).

Esse período era o tempo ideal de organização para que, então, o tráfico chegasse ao fim. Carvalho (2012) diz que “a Grã-Bretanha conseguiu extrair do governo brasileiro o tão sonhado fim do tráfico de escravos, pelo menos no papel” (CARVALHO, 2012, p. 102). Não seria fácil acabar com anos de escravidão em terras brasileiras tão facilmente como imaginavam.

Vale destacar que, entre no fim 1820 para o início de 1830, uma grande demanda de escravos começou a entrar em terras brasileiras. Segundo Florentino *apud* Carvalho (2012), os escravos desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, já que era o porto de maior relevância para o Brasil naquela época, os dados apontam que as entradas de escravos “seriam as seguintes: até 1826, 20.908 escravos por ano, e até a assinatura da Lei de 1831, 38.434” (FLORENTINO *apud* CARVALHO, 2012, p. 107).

Surgiu, então, uma necessidade de procura por escravos, já que havia um crescimento da produção brasileira, principalmente de café, açúcar e algodão, além da necessidade de mão de obra, dada a incerteza acerca do que ocorreria depois de 1830 (FLORENTINO *apud* CARVALHO, 2012).

Faz-se relevante ressaltar que, para a Inglaterra, o fim da escravidão no Brasil apenas seria para garantir seus benefícios, pois a mesma via que, por meio do trabalho livre, poderia existir o consumo de produtos de origem inglesa. De toda forma, o Brasil ainda queria continuar com a prática de comércio escravocrata, já que entendiam que ela seria importante para as suas atividades no comércio.

Mas os ingleses não desistiram. Queriam de qualquer forma que o tráfico de escravos não se desse, tendo por objetivo cessar essa prática. Lembrando que esse objetivo não girava em torno de um motivo humanitário, e sim da satisfação de vontades monetárias (CARVALHO, 2012).

Nas décadas que se seguiram após a Lei ter sido assinada, segundo Menezes (2009), “travou-se um intenso conflito entre Brasil e Inglaterra, a ponto da instalação de um bloqueio do porto do Rio de Janeiro e o rompimento das relações entre os dois países” (MENEZES, 2009, p. 88)

Mesmo existindo relutância por parte do Brasil em erradicar o tráfico, no dia 7 de novembro de 1831, foi decretada a lei que deveria pôr fim ao tráfico de escravos para as terras brasileiras. A lei foi elaborada pelo general e parlamentar Felisbeto Caldeia Brant e pelo regente real, Diogo Antônio Feijó, e ficou conhecida como Lei Feijó-Barbacena, fazendo referência aos seus dois autores.

A lei era composta de nove artigos, sendo o seu primeiro artigo o mais importante, que afirmava que todo escravo que entrasse em terras brasileiras, a partir da promulgação dessa lei, era considerado livre. Alguns autores afirmam que depois que a lei foi assinada, a entrada de escravos diminuiu, mas vale lembrar que mesmo proibido o tráfico, ainda acontecia em sigilo (CARVALHO, 2012).

Oliveira (2011) afirma que, “a abolição no Brasil não foi fruto de uma revolução ou guerra, ao contrário, revelou um longo processo de negociação entre o governo imperial, os senhores de escravos e os próprios escravos” (OLIVEIRA, 2011, p. 05). Muitos movimentos e caminhos foram trilhados para que ao fim, pudessem ver a libertação de um povo que a buscava desde o início.

Movimentos populares ocorreram em diversos locais do Brasil, com a participação de diversos grupos, tais como advogados, militares, juízes, médicos, dentre outros.

Porém, alguns grupos negam sua participação, tais como grupos de comerciantes, de agricultores e até mesmo da indústria que não apoiaram o movimento abolicionista (MONTENEGRO, 1988).

Mesmo antes desses movimentos, surgem leis que iriam anteceder a Lei Áurea, a qual acabaria com a escravidão. Diversas leis foram criadas para que houvesse o fim da escravidão, todavia necessitamos conhecer um pouco mais a respeito de outras leis que vieram após a Lei Feijó-Barbacena, sendo elas: Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e por fim, a Lei Áurea.

A Lei Eusébio de Queiroz data do ano de 1850 e proibia o tráfico de escravos. Para Albuquerque e Fraga Filho (2006), “com a proibição do tráfico aumentaram os preços dos escravos e cada vez menos pessoas podiam comprá-los. Desde então, possuir escravos passou, aos poucos, a ser privilégio de alguns, especialmente dos mais ricos” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 174), Ou seja, não eram todos que podiam mais ter escravos em suas fazendas e lavouras, pois, depois desta lei, alguns começaram a perceber que não mais valia ter escravos, por que acabaram tornando-se “artigos de luxo” e, por consequência não mais tinha necessidade de defender a escravidão.

Ainda segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), “mesmo assim, em meados do século XIX, não havia nenhuma garantia de que o fim da escravidão no Brasil se daria em breve” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 174). Observou-se que o tráfico continuou por meio de piratas, de forma clandestina e também internamente. Alguns proprietários passaram a vender alguns escravos para fazendeiros de outros estados.

No dia 28 de setembro do ano de 1871, uma nova lei é assinada: A Lei 2040, Lei do Ventre Livre. Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que

Por ela ficavam livres as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos. Daí por diante os senhores poderiam optar entre receber do governo uma indenização de 600 mil réis ou utilizarem o trabalho dos menores até a idade de vinte e um anos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 177).

É importante lembrar que essa Lei não teve muito efeito, pois mesmo que as crianças estivessem livres, deveriam ficar trabalhando até os vinte e um anos para pagar a educação que tinham recebido do senhor de suas mães, e antes de completarem dezoito ou dezenove anos, alguns eram vendidos.

Por sua vez, a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, assinada em 28 de setembro de 1885, determinava que os escravos acima de 60 anos fossem libertos, mas

antes de terem a sua alforria assinada, ou teriam que trabalhar mais três anos ou pagariam uma multa a seus senhores, podendo ser livres caso atingissem a idade de 65 anos. No entanto, muitos negros não conseguiam chegar até essa idade, pois com o tipo de trabalho que realizavam, sua expectativa de vida era bem menor (CARVALHO, 2014).

No ano de 1880, o movimento abolicionista ganha mais força ainda. Segundo Carvalho (2014, p. 18), “a justiça passava a olhar com maus olhos a escravidão a despeito dos senhores, e os próprios escravos contestavam cada vez mais a legitimidade de sua situação, bem como reivindicavam sua liberdade” (CARVALHO, 2014, p.18). Alguns foram aos tribunais lutar pela liberdade. Outros recorreram às fugas para os quilombos e alguns conseguiram comprar sua alforria.

Chegado o ano de 1888, as autoridades pressionadas buscam na Princesa Isabel uma solução. A única encontrada é a assinatura da abolição. A Lei Áurea é assinada e os escravos, libertos. A lei continha apenas dois artigos que diziam: “Art. 1. É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art.2. Revogam-se as disposições em contrário” (BRASIL, 1888, s/p). É a lei mais curta deste país e não garante nenhum direito que ofereça para o povo negro condições de sobreviver na sociedade livre. Assim, sem educação, trabalho, terra para plantar ou indenização, seria difícil para o negro sobreviver.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), “com dois artigos apenas, a Lei colocava fim a uma instituição de mais de três séculos. Por ela os senhores não seriam indenizados, nem se cogitou qualquer forma de reparação aos ex-escravos” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 194).

Grande festa foi realizada por todo o país quando a Lei foi assinada, festas que duraram dias, pois era um momento de libertação. Porém, vale ressaltar, que até a data de 13 de maio de 1888, mais de 90% da população escrava já havia sido liberta, intento conseguido por meio da compra de alforrias e também das fugas que eram realizadas para os diversos quilombos que se formaram em várias regiões do país.

Passada a comemoração da abolição, era momento de perguntar-se o que seria feito pra que todo um povo se adequasse a uma sociedade que não os via com bons olhos. De pensar em como sobreviveriam se não tinham acesso ao mínimo para viver, perguntas que rondavam a mente dos recém-libertos. Lembranças de um passado de sofrimento deveriam ser esquecidas, mas sem esquecer das raízes africanas.

No que diz respeito aos alunos, pudemos notar que muitos ainda não tinham o conhecimento sobre as outras leis, apenas sobre a Lei Áurea, a mais citada em materiais

didáticos. Após a ministrarmos a oficina, foi possível perceber que eles passaram a compreender os efeitos que foram produzidos sobre a população negra após a assinatura de cada uma das leis. Um aluno da Escola C, nos disse: “eu não sabia sobre as leis, e agora posso entender o que cada negro sentia ao ver essas leis assinadas. Pena que nem todas ajudaram a eles”. Outro aluno afirmou “eram essas leis que permitia ao negro ter o sonho de liberdade mais próximo” (Escola A).

É necessário que haja um trabalho com a temática da abolição, trabalho que mostre o protagonismo do negro, a reivindicação por direitos que garantiriam a sobrevivência na sociedade, a reparação pelos anos de exploração, além do reconhecimento da influência do povo negro na construção da história e cultura do país.

6. LIBERTOS: E AGORA? – O PÓS-ABOLIÇÃO

Após a abolição, chegara o momento dos ex-escravos irem à luta novamente, mas dessa vez, por direitos que antes lhes eram negados, especialmente, o direito a cidadania. Começava, então, uma nova jornada, pois, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), “a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 198). O povo negro sofria com a falta de assistência por parte da sociedade e do governo. Nenhum tipo de benefício foi lhes dado para que sobrevivessem na sociedade.

Fernandes (2007) *apud* Melo (2012) afirma que

A população negra não recebeu do Estado nenhum tipo de ajuda material e nem políticas públicas foram criadas para inseri-la na sociedade livre. Os negros/as ficaram a mercê da própria sorte para sobreviver, privados de escolas, trabalho e moradias dignas, vivendo em mocambos nas cidades, vulneráveis às doenças e aos vícios (FERNANDES, 2007, *apud* MELO, 2012, p. 52).

Mesmo depois de libertos, os negros ainda eram privados de ter acesso a necessidades básicas, pois ainda havia resistência por parte da população branca. Albuquerque e Fraga Filho (2006) dizem que “eles temiam que os negros interpretassem o fim da escravidão como oportunidade para contestar as desigualdades sociais e para

promover vinganças. Muitos argumentavam que os negros não se adaptariam a uma sociedade sem rei, feitor e senhor” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 203).

A população branca via o momento como um episódio histórico que poderia interferir no futuro do país, pois, se os negros tivessem autonomia, poderiam reivindicar direitos ao governo, e os brancos viam o negro como um ser que ainda precisava ter alguém que lhe imputasse autoridade, que lhe desse ordem, precisando ser submisso para conviver na sociedade.

Segundo Melo (2012),

ao final do século XIX e início do século XX, as teorias científicas influenciaram as elites brasileiras (...). A política de imigração europeia se intensificou com o objetivo de embranquecer o país, visto o grande número de negros que ameaçava o futuro da nação (MELO, 2012, p. 52).

Então, o governo ao invés de investir em políticas públicas para inserir o negro no mercado de trabalho, financiou a vinda de imigrantes para os postos a se ocupar e a população negra ficou abandonada (MELO, 2016). Surge assim o questionamento acerca de como o negro viveria dignamente em sociedade, o que, de certa forma, ainda o fazia cativo o fato de ter que se sujeitar a trabalhar em lugares nos quais o tratavam como escravo, ou por salários muito baixos e em péssimas condições de trabalho, posto que precisava sobreviver.

6.1. Movimentos Pós - Abolição

Os negros, mesmo depois de libertos, ainda tinham que enfrentar empecilhos, sendo um deles a falta de emprego, o que lhes deixava sem dinheiro para sobreviver. Nasceu, então, a necessidade de criar algum grupo que pudesse dar assistência aos libertos. Surgiram, assim, as sociedades beneficentes negras, as quais tinham o objetivo de ajudar o povo negro em meio a todo o caos. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006) tais sociedades “eram associações que buscavam organizar a comunidade negra para o enfrentamento das questões que os novos tempos impunham” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 256). Um elo de solidariedade entre as famílias negras que se ajudavam e acolhiam os mais necessitados.

Outro movimento criado é o da Imprensa Negra. Albuquerque e Fraga Filho (2006) destacam que a população negra começara a organizar-se e isso exigia que também

houvesse algum tipo de meio de comunicação para informar-lhes sobre acontecimentos, e no ano de 1910 começam, então, a serem fundados os primeiros periódicos negros no país.

Podemos citar os jornais A Alvorada, A Vanguarda, A Cruzada, entre outros; os quais tinham por objetivo, como bem dizem Albuquerque e Fraga Filho (2006) “noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra, mas que não encontravam espaço na grande imprensa” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 258).

Nesse momento, os grandes jornais que antes haviam ajudado a divulgar a ideia de abolição pelo país, estavam indiferentes para com os negros, sendo esse mais um ponto que alavancaria a imprensa negra.

A Frente Negra Brasileira foi uma entidade cujo fundamento data de 1931. Criada no Estado de São Paulo, ela foi a primeira de muitas que surgiram pelo Brasil. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), os fundadores “julgavam que a organização de uma grande associação era a mais eficaz forma de luta contra o ‘preconceito de cor’ que barrava a ascensão social e econômica dos negros” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 264).

Desde o período escravocrata, existia uma grande discriminação/preconceito para com os negros e isso se intensificou ainda mais após a abolição, fazendo com que eles não tivessem acesso a diversos direitos, dificultando seu desenvolvimento social. A Frente Negra Brasileira (FNB) tinha diversas metas, mas uma destacou-se: firmar o lugar dos negros no espaço de trabalho com as garantias necessárias.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) pontuam que “as lideranças da FNB afirmavam que caberia ao próprio negro cuidar de sua integração na sociedade da época, adequando-se às exigências do mundo moderno” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 265). Podemos notar que esta é uma mão de via dupla. Por um lado, a população via os negros com preconceito, barrando sua ascensão na sociedade, por outro, temos os negros que precisavam ainda lutar por seus direitos.

O principal objetivo da FNB era fazer com que os negros se adequassem aos “padrões de comportamento” na sociedade, para que com isso, eles superassem as desigualdades existentes (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Filiais da FNB foram criadas em diversos pontos do país, tendo os mesmos objetivos da matriz que estava localizada em São Paulo. Além de objetivar a inserção do negro na sociedade, a FNB promovia momentos de aprendizado, como cursos de alfabetização para adultos e eventos que permitiam ascensão moral da população negra.

Albuquerque e Fraga Filho (2006), afirmam que a comunidade negra ansiava que,

o Estado assumisse a ideia de um país mestiço onde o racismo não fosse tolerado e, ao mesmo tempo, amparasse a população negra que sofria com a pobreza, o analfabetismo, a prostituição e o alcoolismo. Era o desejo de um Estado forte, capaz de garantir a cidadania aos negros da “raça brasileira”. Assim, eles esperavam que a sociedade os reconhecessem como parte da nação, como agentes formadores da “raça mestiça” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 266).

Não bastava apenas ter o “status” de liberto, era necessário que existisse um aparato social para os negros. Muitos males fragilizavam os negros. O não reconhecimento do racismo contra o negro era um dos motivos que dificultavam o enfrentamento e a superação do problema. Nesse período, ainda estavam presentes as teorias racialistas que inferiorizavam o negro e que influenciaram a formação do brasileiro. O movimento negro via como sendo imprescindível que o Estado interviesse e oferecesse assistência, a população negra que tinha sido abandonada sem trabalho, educação, moradia, bem como reivindicavam a criminalização do racismo.

Ainda no ano de 1931, uma nova lei é assinada, a Lei de Nacionalização do Trabalhador. Esta lei visava o emprego de pelo menos dois terços de brasileiros nos estabelecimentos de caráter comercial e também nas indústrias. Vargas, o presidente do Brasil naquela década, defendia que o brasileiro deveria ser preferência antes do imigrante no momento da contratação, ganhando a admiração da população negra, já que ela, como um todo, sofria sem a intervenção do Estado em relação ao trabalho (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Pode-se dizer que esta foi a primeira vez em que o Estado fazia algo para beneficiar a população negra. Mas, mesmo com esse benefício quanto ao trabalho, muitos dos sonhos dos militantes da FNB não tinham prazos para serem realizados pela política de Vargas (ALBUQUERQUE; FRAGA FIHO, 2006).

A FNB objetivava tornar-se um partido político e por meio disso, promover uma representação negra no poder. No ano de 1936, a FNB conseguiu reunir tudo o que a Justiça Eleitoral pediu, mas no ano de 1937, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006)

Alegando a existência de uma conspiração comunista no país (...) Getúlio Vargas estabeleceu um regime ditatorial denominado de Estado Novo. Acabou com a liberdade política e sindical, a imprensa, de palavra e de manifestação pública. Todos os partidos foram dissolvidos, inclusive a FNB (ALBUQUERQUE; FRAGA FIHO, 2006, p. 271).

No ano seguinte, 1938, seguindo com o contexto autoritário, Vargas ainda mantinha organizações e movimentos sociais reprimidos, tanto que a FNB e a imprensa negra, por fim, acabaram extintas. Só os grupos de assistência social que conseguiram se manter como a União dos Homens de Cor (UHC), “que tinha como objetivo ajudar a melhorar o padrão econômico e intelectual das pessoas para que pudessem exercer com autonomia sua cidadania” (MELO, 2012, p. 55-56).

Essas ações assistencialistas formaram grupos de alfabetização de adultos em alguns lugares. Com o fim da era Vargas, em 1945, os movimentos negros começam a ganhar força novamente, um exemplo claro é o da Imprensa Negra, que trouxe de volta alguns jornais, como o *Senzala* e o *Alvorada* (MATTOS, 2009).

Ainda no ano de 1945, Abdias do Nascimento, um dos participantes da Frente Negra Brasileira, funda o Teatro Experimental do Negro (TEN). Albuquerque e Fraga Filho (2006), afirmam que “segundo o próprio Abdias, o TEN surgiu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros, além de promover as tradições culturais negras, quase sempre delegadas ao ridículo na sociedade brasileira” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 272).

Mesmo em pleno século XX, ainda havia preconceito por causa da cor negra, então era necessário, mais uma vez, que os negros se juntassem para lutar contra esse mal que a cada dia mais se fortalecia junto a população brasileira.

Não poderíamos esquecer do papel feminino em todo esse trajeto de lutas do movimento negro, especialmente, em relação ao TEN, uma vez que as mulheres tiveram posição de destaque no mesmo. Elas atuaram no jornal, escrevendo para a coluna *Fala Mulher*, onde eram discutidos temas que envolviam o universo feminino, sendo um tema de destaque a regulamentação do trabalho doméstico, já que na época, diversas mulheres trabalhavam em casas de família.

É na década de 1950 que algumas mulheres que são ligadas ao TEN, fomentam a proposta de criar o Conselho Nacional das Mulheres Negras, tendo por metas a formação profissional, além da alfabetização e de serviços que lhes prestassem assistência, tanto jurídica como social. Mas boa parte dessas metas apenas ficou no papel (DOMINGUES *apud* MELO, 2012).

Até os anos de 1950, o Movimento Social Negro concentrou suas ações em dois âmbitos, o educativo e cultural, além de formar diversos grupos, como: blocos de carnaval, musicais, congadas, capoeira, irmandades, grupos de cunho religiosos, dentre outros. Melo (2012, p. 56) afirma que

As religiões de matriz africana se misturaram num sincretismo com as religiões cristãs, promovendo a criação de novas expressões religiosas e a preservação das tradições culturais, visando também a autoafirmação de uma identidade afro-brasileira. Algumas destas atividades mobilizavam grande número de homens e mulheres negros/as, que encontravam na festa, no lazer e no culto aos ancestrais energias para enfrentar as adversidades da vida cotidiana (MELO, 2012, p. 56).

Segundo Melo (2012), era na religião que o povo negro buscava forças para continuar vivendo em meio a tanta adversidade, pois mesmo com o passar dos anos, eles ainda sofriam discriminações nos diferentes espaços da sociedade e precisavam conectar-se com suas ancestralidades, com suas raízes para encontrar energias para lutar contra o racismo.

Diversas vezes, o Estado tentou refrear e impossibilitar que manifestações afro-brasileiras acontecessem, quando a polícia perseguia de forma violenta os envolvidos. Grupos que não eram reconhecidos, infelizmente, passaram a ser excluídos na sociedade, tendo por consequência, as tradições negras negadas. Todavia, ainda assim, eles resistiam (MELO, 2012).

A campanha que auto se intitulava de *Black is Beautiful* destacava-se em território americano, sendo uma das que influenciou positivamente os movimentos negros no Brasil, como também, o processo de libertação de alguns países africanos (DOMINGUES, 2009 *apud* MELO, 2012).

Nos anos de 1960 até o final dos anos de 1970, o golpe militar impediu que os grupos do movimento negro tivessem expressão, pois essa temática era considerada de segurança nacional. Mesmo assim, continuou-se a trabalhar na desmitificação do treze de maio e na articulação do vinte de novembro (MELO, 2012), como marco da resistência negra, representada pela consciência negra, o dia de Zumbi dos Palmares.

No final dos anos de 1970, o movimento negro se reestrutura como MNU, Movimento Negro Unificado e se associa ao processo de redemocratização do país (MELO, 2012). Segundo Mattos (2009), “surgiram várias organizações de caráter não apenas cultural, mas político, que atuam até hoje na luta pelos direitos dos negros e pela igualdade racial” (MATTOS, 2009, p. 191). O MNU tinha por objetivo informar ao povo negro sobre as desigualdades raciais, além de mostrar que era necessário sair às ruas e ir à busca dos direitos que muitas vezes lhes eram negados.

Nas universidades, vários grupos de pesquisa surgem sobre a temática afro-brasileira, ainda no final dos anos de 1970. A produção acadêmica se intensifica nos anos

de 1980, produzindo conhecimentos que são socializados em eventos específicos e criando a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) (MELO, 2012). Surge, também, o chamado Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), o qual conta com esforços de vários professores para introduzir componentes e pesquisas sobre a temática Afro-brasileira nas grades curriculares.

A mobilização nos anos de 1980 contribuiu para uma efetiva participação na elaboração da constituição, que aprovou a lei contra o racismo (SANTOS, 2009 *apud* MELO, 2012) encontrada na Constituição Federal de 1988, Lei esta que determina que o ato de racismo, de forma alguma terá fiança. Ainda em 1988, nos cem anos de abolição, o movimento fez uma reflexão crítica sobre as condições de vida da população negra (MELO, 2012) e constatou que não se tinha o que comemorar.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural (1997)

a perspectiva de um Brasil “de braços abertos” compôs-se no “mito da democracia racial”, segundo o qual mesmo aqueles que não tivessem integrado diretamente processos de miscigenação seriam igualmente aceitos e valorizados. Assim, discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva. O acobertamento de práticas discriminatórias empurrou para uma zona de sombra a vivência do sofrimento e da exclusão, na sociedade em geral (BRASIL, 1997, p. 25-26).

Percebe-se que o Brasil passava uma imagem de um país que aceitava a todos como eram, não importando a cor, o status, o nível econômico, o cultural ou social, mas a realidade era outra, algo totalmente diferente. Muitos homens e mulheres não conseguiram empregos por serem negros/as. Inúmeros tiveram a entrada proibida em determinado espaço, apenas por questão da pele, Atos discriminatórios eram vistos na sociedade brasileira, porém eram ocultados perante a população e ainda hoje, essa discriminação se faz presente.

Pra referenciar o termo “democracia racial”, utilizamos o material distribuído em todo o território brasileiro para professores e escolas, conhecido como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais

constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p. 13).

Os PCN dão suporte ao professor em sala de aula, além de serem flexíveis, podendo se adequar à realidade da instituição escolar, pois é levado em conta a região e município em que a escola está inserida.

Em especial, o documento enfatiza “as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão” (BRASIL, 1997, p. 15).

O Brasil é um país extremamente diversificado e essa diversificação leva a um processo de discriminação, de separação, fazendo com que documentos sejam criados, com o intuito de levar a população a refletir sobre suas práticas para com o outro, especialmente, nas escolas brasileiras, já que é em seu âmbito que a base de respeito é cultivada.

Com o passar dos anos, diversas leis foram sendo criadas. Um exemplo é a Lei 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o Ensino de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas. Posteriormente, foram editadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que orienta professores para o trabalho na escola e em sua formação inicial, nos cursos de formação docente.

Quinze anos depois da lei, nos questionamos se ocorreram mudanças no trato com a temática, visto que, percebemos o quanto os alunos desconhecem a história de luta e resistência negra. Surgem-nos, então, indagações tais como: será que está se investindo na formação continuada de professores? E nos cursos de formação docente, como essa temática está sendo tratada?

Nosso conhecimento deu-se com a participação no grupo de pesquisa, mas quanto aos demais colegas que não tiveram essa oportunidade, como irão trabalhar essa temática em sala de aula? São perguntas como estas que nos movem a partir em busca de mais conhecimento, para conseguir transmiti-lo, tanto para os professores quanto para os alunos.

Um documento que foi escrito especialmente para a Educação Básica, conhecido como Base Nacional Comum Curricular, já apresentou diversas versões, mas algo em comum está contido nelas: o desejo de que alunos compreendam os conteúdos programados. O conteúdo sobre História da África está presente em suas páginas. Em componentes curriculares, como matemática, geografia, ciências e português, é possível

ver referências quanto a temática africana e afro-brasileira, além de outras que fazem parte do grupo étnico.

Outro documento que podemos citar, em se tratando da temática Africana e Afro-brasileira é o Estatuto da Igualdade Racial, cujo capítulo II, seção II, artigo 1º afirma que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil”. Instituições de ensino necessitam, em seu currículo, de ter um espaço para o conteúdo de história africana.

Lutas, resistências, mortes foram alguns dos percalços vividos pelos negros, para que o seu povo pudesse um dia, ver-se livre novamente. Muitas vidas foram dizimadas até que uma lei fosse criada. Sequer conseguimos imaginar o número exato. Milhares de vidas foram perdidas, sangue foi derramado, por isso, nós, como educadoras, precisamos mostrar a realidade que este país presenciou, para que possamos, através do reconhecimento dos erros do passado, construir um futuro com mais igualdade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou abordar, ainda que de forma sucinta, os temas de abolição e pós-abolição. Foi por meio deste estudo e de todo o aporte teórico utilizado para fundamentá-lo, que pudemos compreender melhor toda a trajetória do negro, desde o continente africano, até as terras brasileiras, como esse era livre na África e por indiferença de um povo que se achava superior, foi transformado em um ser escravizado. É significativo destacar que o negro sempre lutou e resistiu ao processo de escravização.

A tão mencionada abolição foi fruto da luta de um povo guerreiro que não se rendeu à condição a qual estavam condenados. Um povo que foi em busca de oportunidades, de meios que lhes permitissem lutar pela liberdade, alguns se rebelando contra seus donos e morrendo nas batalhas, outros lutando em grupos maiores e de forma mais intensa e organizada.

Não há luta sem derramamento de sangue, e muitos negros/as derramaram seu sangue para conquistar a liberdade, de forma voluntária ou não. Muitos lutavam, mesmo sabendo que podiam morrer, quando seguiam o instinto de liberdade e tentavam fugir e/ou matar alguém da casa grande, como o seu senhor ou capitão do mato. Quando eram pegos, infelizmente, sofriam castigos que muitas vezes, levavam à morte da pior forma possível. Mas eles não se deixavam amedrontar com a situação. O povo negro tinha um foco: a liberdade e não o deixariam por nada.

Era nas revoltas, ou levantes que os negros viam uma oportunidade de lutar e conquistar a liberdade que tanto almejavam. Lutas e mais lutas permeavam o universo escravocrata daquele período, pois não era fácil calar um povo que queria ver-se livre das correntes, das amarras de seus senhores. Pessoas de influência puderam juntar-se a outros milhares e contribuíram pela melhoria da condição de cada um.

Homens e mulheres que lutaram para que um povo pudesse ser livre mesmo em terras estranhas, que a partir de então, passaram a ser seu novo refúgio. Neste difícil caminho os negros resistiram, lutaram, caíram, levantaram, mas nunca desistiram, ansiosos pelo dia em que diriam em uma só voz: estamos livres. Mas esse dia estava demorando a chegar.

Abolicionistas, homens brancos e negros, mantinham o objetivo de libertar aquele povo que, por tantos anos, foi escravizado e torturado. Leis foram assinadas, nenhuma

com efeito imediato, além da Lei Áurea, que ao ser assinada em 13 de maio de 1888, libertava a todos os escravos, de sua condição precária.

Mas, ainda assim, nos surge uma dúvida: o que se fazer logo após a libertação? Não havia um plano que auxiliasse o negro nesse novo trajeto, não existia auxílio moradia, escolar. Eles estavam livres, mas ao mesmo tempo, reféns da situação. Os negros não receberam nenhum tipo de indenização pelos anos trabalhados, nenhuma política pública de ajuda para inserção no mercado de trabalho. Ficaram a mercê da própria sorte.

Movimentos assistencialistas foram criados pelos próprios negros com melhores condições de vida, com o objetivo de dar suporte ao recém-liberto, pois a liberdade ele já tinha conquistado, mas algo faltava, um destino daquele momento em diante. Grupos surgiram com o intuito de ajudar homens e mulheres a caminharem na sociedade brasileira. É importante destacar que esses grupos que davam suporte ao recém-liberto foram de fundamental relevância, pois o negro estava ainda sem rumo certo, mas alguns encontraram forças para continuar lutando por seus direitos.

Quanto ao nosso objetivo que era verificar se a temática da abolição e resistência negra é assimilada pelos alunos das escolas, conseguimos alcançá-lo, mesmo com algumas lacunas, já que a construção do conhecimento se dá continuamente. Pudemos notar, pelas falas dos alunos, que mesmo alguns tópicos lhes sendo ainda desconhecidos, depois de apresentados, os alunos puderam, então, assimilar o que queríamos que entendessem sobre a temática abordada.

Infelizmente, ainda é um tema pouco abordado em sala de aula, fazendo com que o aluno não tenha conhecimento sobre a temática, e isso faz-nos sentir um desejo maior de contribuir com o aprendizado, não somente do aluno, mas nosso também. Foram momentos como esses, dentro da academia, que nos fizeram pensar e repensar se realmente detemo o conhecimento a respeito das coisas.

Chegamos a conclusão de que não, pois o conhecimento é algo que é adquirido com o passar do tempo. O que pudemos aprender, com a participação no grupo de pesquisa e nas oficinas, certamente levaremos para a sala de aula, enquanto professoras, e buscaremos participar de uma formação continuada, com o objetivo de aprender mais.

Como já dito, o tema é pouco discutido. Em sua maioria, o negro é apenas lembrado no dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Infelizmente, essa é a realidade no Brasil, pois esquecer o passado é mais fácil que olhar para o ele e admitir os erros, dando suporte para os negros, que ainda sofrem com atos de preconceito e discriminação.

Tanto a escola, quanto a universidade, tem papéis fundamentais na construção do conhecimento do aluno. Quer sejamos do ensino fundamental, quer sejamos do ensino superior, todos necessitamos compreender e aceitar que o povo negro, é nosso povo, direta ou indiretamente. É preciso ter respeito por esse povo, por essa história. Por isso, faz-se premente o investimento no estudo desta temática na formação inicial e continuada.

Sugerimos que o Grupo de Pesquisa “*Dialogando com a Diversidade Étnico-racial*”, orientado pela professora Margareth Maria de Melo, continue dando frutos quanto aos temas que tantas vezes são esquecidos nas salas de aulas. Não é um trabalho fácil dialogar, chegar em um ponto em que todos estejam de comum acordo, mas quando temos por objetivo a construção e a socialização do que conhecemos, nada nos priva de querer aprender usufruindo do conhecimento do outro.

Atualmente, no Curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, temos alguns componentes curriculares que dão suporte para aprendermos mais sobre a temática, sendo um deles o componente curricular de “Ensino de História” e “Cultura Afro-brasileiras e Indígenas”, base de fundamental importância para nossa formação inicial. Agradecemos imensamente a todos que contribuíram para que o conhecimento fosse socializado de forma consciente e esclarecedora com aqueles alunos. Especialmente, à professora Margareth, nosso muito obrigada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10729169/inciso-xlii-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988> Acessado em: 14/11/18.

_____. **Estatuto da Igualdade Racial: Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 26/11/18.

_____. **Lei Áurea**, 13 de maio de 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acessado em: 19/08/2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acessado em: 22/12/18.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11025498-Parametros-curriculares-nacionais-pluralidade-cultural-orientacao-sexual.html> Acessado em: 14/11/2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013, p. 179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf> Acessado em: 14/11/18.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. **O Tráfico de escravos, a pressão Inglesa e a Lei de 1831**. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada. Vol. 07, nº 13, p. 95-114, Julho-Dezembro de 2012.

CARVALHO, Rafaela Rodrigues. **Abolição no Sul de Minas: o caso de Varginha**. 2014. 53f. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de Alfenas. Minas Gerais.

CAVALCANTE, Carla Juliana. **A Lei nº 10.639/03 e os desafios acerca do ensino da cultura afro-brasileira na sala de aula de ensino fundamental (2003-2007)**. 2016. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Educação das relações étnico-raciais na formação de professores (as) de História:** uma prática extensionista. Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, v.3, nº2, 2014, p. 01-11.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de Violência:** Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MATTOS, Regina Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MELO, Margareth Maria de. **Gerando eus, tecendo redes e trançando nós: ditos e não ditos das professoras e estudantes negras nos cotidianos do curso de pedagogia.** 2012. 235f. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Abolição no Brasil: A Construção da Liberdade.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 36, p. 83-104, dez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **O Pós-Abolição-Perspectivas dos Libertos e Projetos de Brasil-Súditos, Bestializados ou Cidadãos Negros?** 2011, 26 f. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. *In.* PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes (orgs.). **História da África e dos Africanos.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.** REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês, 1835.** Brasiliense, 1986.

_____. **Povo Negro:** Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP, São Paulo, v. 28, p. 14-39, dez-fev. 1995/1996.

SANTOS, Vilson Pereira dos. **Técnicas de Tortura: Punições e Castigos de Escravos no Brasil Escravista.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, p. 2393-2408, julho, 2013.

SILVA, Neide Cristina da. **Resistência na Casa Grande: História e Cultura Afro-Brasileira na Educação de Adultos.** Dissertação de mestrado. Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2013.

UEHARA, Helena M. **Personalidades afro-brasileiras e indígenas**. São Paulo: Ideia Escrita, 2008.

APÊNDICE

PLANO DE AULA

TEMA: Abolição e Pós-abolição

OBJETIVOS:

- Identificar os negros que participaram do Movimento Abolicionista;
- Verificar a luta do negro para sobreviver ao longo do século XX;
- Destacar as personalidades negras na música, na dança, na política.

CONTEÚDOS:

- Abolição: as leis abolicionistas: Eusébio de Queirós, Ventre Livre, Sexagenário e Áurea e os negros que participaram do movimento abolicionista;
- Pós-abolição: Movimento Negro: Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental Negro, Movimento Negro Unificado. E personalidades negras que se destacaram em vários setores da sociedade (música, dança, política)

METODOLOGIA:

- Retomada do encontro anterior;
- Explanação do conteúdo em forma de contação de história;
- Apresentação de cartazes com personalidades do Movimento Negro no Brasil e de representantes de Movimento Cultural;
- Dividir a turma em grupos para apresentarem manifestações culturais negras na forma de: paródia, dramatização, mímica ou desenho;
- Bingo com palavras afro-brasileiras;
- Produção textual sobre a temática tratada durante os quatro (04) encontros. (Qual a mensagem que ficou? O que você aprendeu?).

AValiação:

Avaliação contínua e observados os critérios de participação, envolvimento nas atividades, realização das tarefas; o instrumento usado: produção textual.